O RACISMO INSTITUCIONAL NO CAMPO DA SAÚDE PÚBLICA: A SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA NO VALE DO JEQUITINHONHA

Carla dos Anjos Siqueira[1], Adna Cândido de Paula[2], Aline Faé Sttoco[3].

[1] UFVJM, Faculdade Interdisciplinar em Ciências Humanas, Diamantina, MG, Brasil, 39640-000.
[2] UFVJM, Faculdade Interdisciplinar em Ciências Humanas, Diamantina, MG, Brasil, 39640-000.
[3] UFVJM, Faculdade Interdisciplinar em Ciências Humanas, Diamantina, MG, Brasil, 39640-000.
***e-mail:** carla.enfermagem.ufvjm@gmail.com

Ao discutir a conceituação de saúde, percebe-se que existem diversas definições, em que cada grupo populacional leva em consideração fatores como cultura, políticas, economia, alimentação, saneamento básico, entre outros. Nesse contexto, alguns fatores promovem melhores condições de saúde, enquanto outros contribuem para maiores níveis de adoecimento. Um exemplo é o racismo institucional, que afeta diretamente a população negra, e, no âmbito deste trabalho, a população quilombola. O racismo institucional atua como um obstáculo para que a população negra tenha acesso a bens e serviços, gerando adoecimento e perpetuando condições de pobreza. Dessa forma, é essencial realizar um recorte de cor; ignorá-lo seria silenciar (consciente ou inconscientemente) as disparidades e os obstáculos que o racismo impõe às populações negras. Portanto, é necessário garantir assistência à saúde adequada dentro das comunidades quilombolas, sendo essencial que haja políticas de saúde direcionadas e profissionais capacitados para atuar de forma equânime. Este trabalho, desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFVJM), possui como objetivo analisar o investimento financeiro destinado à saúde das comunidades quilombolas no município de Diamantina-MG, no período de 2008 a 2021. A metodologia inclui a análise qualitativa dos Relatórios Anuais de Gestão (RAGs) do município, além da discussão teórica sobre conceitos de saúde, determinantes sociais e estruturais da saúde, a história da saúde pública brasileira e as políticas de financiamento em saúde, com foco na Atenção Primária à Saúde. A análise desses temas considera o impacto do racismo institucional, especialmente nos mecanismos legislativos e seu reflexo no adoecimento da população quilombola. Os resultados indicam que, embora tenham sido realizados orçamentos federais para implementar políticas de financiamento da saúde quilombola, os recursos não foram adequadamente direcionados aos municípios. No nível municipal, não foi feito o cadastro completo de todas as comunidades para recebimento dos recursos, e os Relatórios Anuais de Gestão não permitem o detalhamento das despesas em saúde, dificultando o monitoramento das políticas. Em Diamantina, as comunidades quilombolas não são mencionadas nos relatórios, de forma que o uso dos recursos destinados à saúde dessas comunidades não é evidenciado. Sendo assim, entende-se que esse fato não deve ser considerado uma simples característica da burocracia estatal, mas sim um exemplo de racismo institucional que impede o investimento efetivo na saúde das comunidades quilombolas de Diamantina-MG.